

Luís Gustavo Faria Guimarães

Impeachment



aspectos jurídicos, políticos e institucionais

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Responsabilidade Jurídica e Responsabilidade Política: uma Necessária Diferenciação	27
1.1 Responsabilidade jurídica	28
1.1.1 Responsabilidade civil	29
1.1.2 Responsabilidade penal	30
1.1.3 Responsabilidade administrativa	31
1.2 Responsabilidade política	34
Capítulo 2 – Pressupostos e Bases Históricas do Instituto do Impeachment	39
2.1. Origem do instituto: o impeachment no constitucionalismo inglês	39
2.1.1. O impeachment no Estado Medieval (séculos XIII e XIV)	39
2.1.2. O impeachment no Estado Absolutista (séculos XV e XVI)	43
2.1.3. O impeachment no período revolucionário (século XVII)	44
2.1.4. O impeachment no Estado Moderno (século XVIII e XIX) ...	46
2.2. Adaptação do instituto: o impeachment no constitucionalismo norte-americano	48
2.2.1. O impeachment na Constituição dos Estados Unidos de 1787	50
2.2.1.1. Sujeitos do impeachment	52
2.2.1.2. Rito do impeachment	53
2.2.1.2.1. Atribuições da Câmara dos Deputados	54

2.2.1.2.2. Atribuições do Senado.....	55
2.2.1.3. Julgamento pelo tribunal do impeachment.....	56
2.2.1.4. Sanções aplicáveis	58
2.2.1.5. Fundamentos do impeachment	60
2.2.2. O impeachment inglês e o norte-americano: breves considerações	64
Capítulo 3 – Impeachment no Constitucionalismo Estrangeiro.....	67
3.1. Sistemas presidencialistas	68
3.1.1. Estados Unidos da América.....	69
3.1.2. Argentina	76
3.1.3. Paraguai	79
3.1.4. Chile.....	84
3.1.5. Peru.....	87
3.1.6. Equador	95
3.2. Sistemas semipresidencialistas.....	99
3.2.1. França	99
3.2.2. Portugal	103
Capítulo 4 – Impeachment no Constitucionalismo Brasileiro	107
4.1. O impeachment no período imperial.....	107
4.1.1. A Constituição de 1824	107
4.1.2. A Lei de 15 de outubro de 1827.....	110
4.1.3. O impeachment no Império (1822-1889).....	115
4.2. O impeachment no período republicano	120

4.2.1. O impeachment na Constituição de 1891	120
4.2.1.1. Antecedentes e bases da Constituição de 1891	120
4.2.1.2. O processo constituinte de 1890-1891	121
4.2.1.3. A Constituição de 1891	128
4.2.1.4. Os Decretos nº 27 e 30 de 1892	130
4.2.1.5. O impeachment na Primeira República (1891-1930)	133
4.2.2. O impeachment na Constituição de 1934	136
4.2.2.1. Antecedentes e bases da Constituição de 1934	136
4.2.2.2. O processo constituinte de 1933-1934	138
4.2.2.3. A Constituição de 1934	141
4.2.3. O impeachment na Constituição de 1937	143
4.2.4. O impeachment na Constituição de 1946	145
4.2.4.1. Antecedentes e bases da Constituição de 1946	145
4.2.4.2. O processo constituinte de 1946	146
4.2.4.3. A Constituição de 1946	149
4.2.4.4. O Projeto de Lei nº 23, de 1948	150
4.2.4.5. A Lei nº 1.079 de 1950	154
4.2.4.5.1. Dos crimes de responsabilidade	155
4.2.4.5.2. Do processo de impeachment	156
4.2.5. O impeachment na Constituição de 1967	163
4.2.6. O impeachment na Constituição de 1988	166
4.2.6.1. Antecedentes e bases da Constituição de 1988	166

4.2.6.2. O processo constituinte de 1987-1988	168
4.2.6.3. A Constituição de 1988	174
4.2.6.4. O impeachment na Terceira República (pós-1988)	178
Capítulo 5 – Estudo de Casos: Impeachments no Brasil Pós-1988	187
5.1. Impeachment de 1992 (Presidente Fernando Collor)	187
5.1.1. Denúncia e Objeto.....	187
5.1.2. Exame de admissibilidade	190
5.1.3. Instauração do processo e afastamento cautelar do Presidente.....	196
5.1.4. Instrução do processo e juízo de acusação.....	199
5.1.5. Julgamento e conclusão do processo	208
5.2. Impeachment de 2016 (Presidente Dilma Rousseff).....	221
5.2.1. Denúncia e Objeto	221
5.2.2. Exame de admissibilidade.....	224
5.2.3. Instauração do processo e afastamento cautelar da Presidente	236
5.2.4. Instrução do processo e juízo de acusação	240
5.2.5. Julgamento e conclusão do processo	244
Capítulo 6 – Impeachment no Ordenamento Jurídico-Constitucional Brasileiro à Luz da Doutrina, da Jurisprudência e da Experiência Comparada entre os Processos de 1992 e 2016	253
6.1. Finalidade do impeachment: punição da autoridade ou preservação da instituição?	253
6.2. Natureza do instituto do impeachment: político, jurídico ou misto?	257

6.3. Crime de responsabilidade: infração penal, política ou administrativa?	275
6.3.1. Tipificação das condutas	275
6.3.2. Pressupostos jurídicos	280
6.3.3. Incidência sobre atos cometidos em mandato anterior	281
6.4. Processo de impeachment: qual o rito procedimental a ser adotado?	286
6.4.1. Oferecimento da denúncia	286
6.4.2. Recebimento da denúncia pelo Presidente da Câmara dos Deputados	287
6.4.3. Exame de admissibilidade pela Câmara dos Deputados	291
6.4.4. Instauração do processo pelo Senado Federal	297
6.4.5. Instrução processual e juízo de pronúncia	304
6.4.6. Julgamento do impeachment	305
6.5. Perda do mandato e inabilitação para funções públicas: unicidade ou dualidade de penas?	308
6.6. Quais os efeitos da renúncia no processo de impeachment?	315
6.7. Controle judicial do impeachment: há limites para atuação do Poder Judiciário?	321
Capítulo 7 – O Impeachment no Presidencialismo de Coalizão Brasileiro: Balanço e Perspectivas	337
Conclusão	357
Referências Bibliográficas	365